

## BREVE HISTÓRICO DA DEFICIÊNCIA E SEUS PARADIGMAS

Lorena Barolo Fernandes<sup>26</sup>  
Anita Schlesener<sup>27</sup>  
Carlos Mosquera<sup>28</sup>

### RESUMO

Este artigo apresenta uma abordagem histórica introdutória sobre a trajetória do indivíduo com deficiência em algumas culturas no curso dos tempos e os paradigmas que surgiram ao longo desses períodos. Com isso visa-se uma reflexão para compreender a trajetória marcada por preconceitos e lutas do indivíduo com deficiência em favor do direito de cidadania dentro das sociedades e o papel da Educação nesse contexto.

Palavras-chave: Deficiência; paradigmas; educação.

### A BRIEF HISTORY OF DISABILITY AND ITS PARADIGMS

### ABSTRACT

This paper presents a historical overview introduction on the path of individuals with disabilities in some cultures in the course of time and the paradigms that have emerged during these periods. The main goal is to propose a discussion to understand the path marked by prejudices and struggles of individuals with disabilities for citizenship rights within societies and the role of education in this context.

Keywords: Disability; paradigms; education.

---

<sup>26</sup> Doutoranda em Educação pela Tuiuti, e Professora no Departamento de Artes Visuais da Faculdade de Artes do Paraná (FAP).

<sup>27</sup> Doutora em História pela UFPR, Professora no Mestrado – Doutorado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná( UTP).

<sup>28</sup> Doutor em Fisiologia do Exercício Universidad Católica San Antonio(Espanha) e Professor na Faculdade de Artes do Paraná

A trajetória do indivíduo com deficiência é marcada por preconceitos e lutas em favor do direito à cidadania, de acordo com cada cultura dentro das sociedades. A origem do termo “cultura” refere-se ao termo latino *colere* que significa “cultivar”, “habitar”. A maneira como se origina e evolui a cultura, irá definir o processo da educação de um povo. Isso significa que cultura e educação estão associadas. Devemos então lembrar que para muitos autores a pesquisa é produção de cultura; por isso, a sua importância para as transformações sociais.

Para Vieira Pinto (1979, p.121) “a cultura é uma criação do homem” (...) ela é concebida pelo mesmo autor como “um bem de consumo, que a sociedade, mediante a educação, distribui a seus membros e também um bem de produção”. Define ainda que a cultura é um “produto do existir do homem” (p.124). Afinal, existimos de uma maneira concreta; contudo, precisamos de condições, principalmente sociais, para que essa existência se desenvolva.

A cultura, portanto, está inserida no processo evolutivo do homem; ela faz parte de um mesmo processo que se desenvolve do processo mais simples (orgânico) para o mais complexo (social), baseado em ideias estimuladoras das ações. Isso garante a sobrevivência da espécie que envolve a produção e o consumo, o mundo do trabalho, além da transformação do modo de existência onde se insere a sociedade e suas relações humanas.

Dentro da visão sócio-histórica, Leontiev (2004) aponta ser por meio da transmissão de conhecimentos que cada geração começa sua vida num mundo de objetos e de fenômenos criados pelas gerações precedentes. Então ele vai apropriar-se deste mundo participando do trabalho.

Pela sua atividade, os homens não fazem senão adaptar-se à natureza. Eles modificam-na na função do desenvolvimento de suas necessidades. Criam os objetos que devem satisfazer às suas necessidades e igualmente os meios de produção destes objetos, dos instrumentos às máquinas mais complexas. Constroem habitações, produzem as suas roupas e os bens

materiais. Os progressos realizados na produção de bens materiais são acompanhados pelo desenvolvimento da cultura dos homens; o seu conhecimento do mundo circundante deles mesmos enriquece-se, desenvolvem-se a ciência e a arte. (*Ibidem*, p.283)

Nessas visões de cultura relatadas, percebemos que a existência do homem se produz por meio do trabalho e está ligada a sua condição de sobrevivência. Na atividade, o pensar e o agir interagem na produção da vida e no desenvolvimento de sua atuação no mundo. E, no contexto, cabe indagar sobre a trajetória da existência humana dos indivíduos com deficiência nessa perspectiva de ação, reflexão e produção dentro das sociedades? A definição de “criança deficiente” aceita internacionalmente, aprovada pela *Council of Exceptional Children* (CEC) é, segundo Fonseca,

a criança que se desvia da média ou da criança normal em: características mentais; aptidões sensoriais; características neuromusculares e corporais; comportamento emocional; aptidões de comunicação; múltiplas deficiência, até ao ponto de justificar e requerer a modificação das práticas educacionais ou a criação de serviços de educação especial no sentido de desenvolver ao máximo as suas capacidades. (2005, p.25)

Mas na história da humanidade a imagem que muitos deficientes carregavam era a imagem de deformação do corpo e da mente. Tal imagem denunciava a imperfeição humana. Há relatos, segundo Gugel (2007), de pais que abandonavam as crianças dentro de cestos ou outros lugares considerados sagrados. Os que sobreviviam eram explorados nas cidades ou tornavam-se atrações de circos. O nascimento de indivíduos com deficiência era encarado como castigo de Deus; eles eram vistos como feiticeiros ou como bruxos. Eram seres diabólicos que deveriam ser castigados para poderem se purificar. Nesse período, a Igreja se constitui como um grande aliado dos deficientes, pois os acolhiam.

Com o surgimento do cristianismo no Império Romano, ainda segundo Gugel (2007), tem-se como doutrina a caridade e o amor para com os indivíduos. Dessa maneira, a Igreja combateu, dentre outras práticas, a eliminação dos filhos nascidos com deficiência. E foi a partir do século IV que surgiram os primeiros hospitais de caridade que abrigavam indigentes e indivíduos com deficiências.

No Brasil, há também relatos de crianças com deficiência que eram “abandonadas em lugares assediados por bichos que muitas vezes as mutilavam ou matavam”. (JANNUZZI, 2004, p.9) Tendo em vista esse abandono foram criadas em 1726 as chamadas rodas de expostos onde as crianças eram colocadas e as religiosas as recolhiam. Essas religiosas proporcionavam alimentação, educação e todos os cuidados que necessitassem.

Para Mazzotta (2005, p.16) a própria religião, ao colocar o homem como “imagem e semelhança de Deus”, portanto, ser perfeito, acrescia a ideia da condição humana, incluindo-se aí a perfeição física e mental. E, não sendo “parecidos com Deus”, os portadores de deficiências (ou imperfeições) eram postos à margem da condição humana, e tidas como culpadas de sua própria deficiência. Tal circunstância foi uma constante cultural no decorrer da História. Os hospitais e asilos de caridade, com objetivos de abrigar, proteger e educar, acabavam excluindo-os da convivência social. Cabe ressaltar que, dentro desse contexto histórico, alguns paradigmas surgiram em relação ao movimento das ideologias e organização social das sociedades frente aos indivíduos com deficiência.

As instituições asilares e de custódia, segundo Aranha (2001) eram vistas como ambientes segregados, denominados Instituições Totais. Elas constituíram o primeiro paradigma formal adotado na caracterização da relação sociedade e deficiência: o Paradigma da Institucionalização. Esse paradigma foi caracterizado, portanto, pela criação de instituições para abrigar os deficientes. A forma de ajuda

foi muito questionada, ao contrário de décadas atrás, quando era apenas encorajada por representar o afastamento total do indivíduo da sociedade.

Foi com a Idade Moderna que surgem novas ideias e transformações marcadas pelo humanismo. Em tal época, segundo Kassir (1999, p.4), “houve uma grande população de pobres, mendigos e indivíduos com deficiência, que se reuniam para mendigar”. A sensação e a constatação da miséria resultavam na esperança de que alguma coisa precisava ser feita para os pobres e deficientes.

Mas nesse panorama caótico, os hospitais que mais pareciam prisões sem qualquer tipo de tratamento especializado, iniciaram o desenvolvimento no atendimento às indivíduos com deficiências, com assistência especializada em ortopedia para os mutilados das guerras, que como sempre influenciaram muitos períodos, e para indivíduos cegos e surdos.

É importante ressaltar que, a partir da Revolução Industrial iniciada no século XVIII e caracterizada pela passagem da manufatura à indústria mecânica, a questão da habilitação e da reabilitação da pessoa com deficiência para o trabalho ganhou força. Segundo Fonseca (2000), as anomalias genéticas, as epidemias e as guerras deixaram de ser as causas únicas das deficiências. O trabalho, muitas vezes em condições precárias, começou a ocasionar acidentes mutiladores e também doenças profissionais. Assim, tornou-se necessário a criação do Direito de Trabalho e de um sistema de seguridade social mais eficiente. No século XIX finalmente percebe-se uma grande mudança para os indivíduos com deficiência. Surge uma atenção especializada e não só institucional como os hospitais e abrigos. Começam os estudos para os problemas de cada deficiência.

Philippe Pinel, naquela época, já propunha que indivíduos com perturbações mentais deveriam ser tratados como doentes, ao contrário do que acontecia até então, quando eram tratados com violência e discriminação

(GUGEL, 2007). E é nesse período que aparece a história do “menino-lobo”, o selvagem de Aveyron, Victor, reabilitado e educado pelo médico Itard (1774-1830). Aí foi concebido o primeiro tratamento para deficientes, como aborda Jannuzzi (2004).

Inicia-se um aprofundamento de conhecimentos no campo biológico, a fim de se buscarem as explicações fisiológicas e anatômicas das deficiências. Tal aprofundamento foi marcado pela participação médica na reabilitação dos deficientes e também houve a preocupação com a educação dos deficientes. Mazzotta (2005, p.17) escreve que “foi principalmente na Europa que os primeiros movimentos pelo atendimento aos deficientes, refletindo mudanças na atitude dos grupos sociais, se concretizaram em medidas educacionais”.

Nessa trajetória da construção sócio-cultural, algumas atuações de lutas se destacam no âmbito educacional brasileiro. Segundo Mazzotta (2005, p.28-29) o período de 1854 a 1956 foi marcado por iniciativas oficiais e particulares isoladas. O atendimento escolar especial para os indivíduos com deficiência teve início no Brasil, com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atualmente Instituto Benjamin Constant) pelo Imperador Dom Pedro II (1840-1889) por meio do Decreto Imperial nº 1.428, de 12 de Setembro de 1854.

Três anos depois, em 26 de setembro de 1857, o Imperador, apoiando as iniciativas do Professor francês Ernest Huet, funda o Imperial Instituto de Surdos Mudos (atualmente Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES). Esse Instituto passou a atender indivíduos surdos de todo o país, a maioria abandonada pelas famílias. Como tudo era novo naquela época, as instalações de oficinas para a aprendizagem de ofícios como tipografia e encardenação, era destinado aos cegos, e o tricô, para as meninas. A sapataria, a encardenação, a pautação e a douração era matéria para os meninos surdos (SUCOW, 1986 *apud* MAZZOTTA, 2005, p.29). Outros registros mostram ações voltadas para a

educação dos indivíduos com deficiência durante o período e, segundo Mazzota (2005), já na primeira metade do século XX havia cinquenta e quatro estabelecimentos para tal finalidade de ensino regular e onze instituições especializadas.

Acentua-se que no Paraná “A inauguração do Instituto Paranaense de Cegos, fundado em 01/02/1939 por um grupo de beneméritos, tendo à frente o Dr. Salvador de Maio, foi a primeira conquista real para os cegos do estado e o marco inicial de uma frente de apoio e referência” (MOSQUERA, 2000, p.23). Ao verificar nas datas da fundação do primeiro Instituto de Cegos no Rio de Janeiro em 1854 e o Instituto dos Cegos do Paraná em 1939, percebemos a morosidade de implantação de serviços para o atendimento especializado descentralizado das grandes capitais e também a falta de atendimento para outras deficiências.

O Século XX foi marcado por muitas mudanças de paradigmas. Ele trouxe consigo avanços importantes para os indivíduos com deficiência, sobretudo em relação às ajudas técnicas: cadeiras de rodas, bengalas, sistema de ensino para surdos e cegos, dentre outros que foram se aperfeiçoando. Notamos que a sociedade começou a se organizar coletivamente para enfrentar os problemas e para melhor atender a pessoa com deficiência. A conscientização dos direitos humanos e da necessidade da participação e integração na sociedade de uma maneira ativa se fez presente. Além disso, alguns estudos sobre a deficiência marcaram uma grande mudança em relação aos indivíduos com deficiência. Foi o caso de Vigotski que, como acentua Luria:

Diferentemente de muitos pesquisadores anteriores que estudavam a criança deficiente, Vigotski concentrou sua atenção nas habilidades que tais crianças possuíam e estas que poderiam formar a base para o desenvolvimento de suas capacidades integradas. Interessava-se mais por suas forças do que por suas deficiências. (LURIA 2001, p.34)

Portanto, no século XX, os indivíduos com deficiências começaram a ser considerados cidadãos com seus direitos e deveres de participação na sociedade; no entanto, ainda numa abordagem assistencial. Com o surgimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, iniciam-se os primeiros movimentos organizados por familiares desses indivíduos. Esses movimentos eram norteados pelas críticas à discriminação.

No Brasil ainda faltava pôr em prática as discussões internacionais sobre o assunto deficiência. Entretanto, o enfoque dado para este contexto assistencial era a de que a institucionalização representava um custo para o sistema que, por sua vez, tinha o interesse no discurso da autonomia e da produtividade. Este também deveria atender os direitos humanos, principalmente os da minoria.

Para Jannuzzi (2004) a defesa da educação dos deficientes foi feita em função da economia dos cofres públicos e dos bolsos dos particulares. Dessa maneira, seriam evitados os manicômios, os asilos e as penitenciárias. Afinal, esses indivíduos seriam incorporados ao trabalho. É isto: o discurso estava baseado no sistema de produção com o objetivo de inserir os indivíduos com deficiência no mercado de trabalho. Assim, esse discurso faz com que os deficientes socialmente colocados possam obter lucro. Esses fatores e mais a pressão exercida pelos movimentos organizados e as críticas da academia científica e outros profissionais sobre o paradigma da institucionalização, fizeram com que mudanças e reformulações de ideias e novas práticas ocorressem.

De acordo com Aranha (2001) surge um outro paradigma: O Paradigma de Serviços. O objetivo dessa abordagem pela (*American National Association of Rehabilitation Counseling – A.N.A.R.C.*, 1973) era o de “ajudar pessoas com deficiência a obter uma existência tão próxima ao normal possível, a elas disponibilizando padrões e condições de vida cotidiana próxima às normas e padrões da sociedade”.



Devemos ressaltar que esse novo paradigma provocou muitas discussões entre os acadêmicos e também entre os indivíduos da comunidade que vivenciavam o processo. Percebia-se que a integração sozinha não seria suficiente para resolver o problema da segregação. Já para Aranha (2001), a luta pela defesa dos direitos humanos e civis dos indivíduos com deficiência fundamentou-se na ideologia da normalização, favorecendo tanto o afastamento da pessoa das instituições, como os programas comunitários para o atendimento de suas necessidades (p.14).

Aparecem dessa forma as contradições do sistema sócio-político-econômico vigente na década de 60. Ele evidenciava a diminuição das responsabilidades sociais do Estado e buscava diminuir o ônus populacional. Então, manter a população na improdutividade e na segregação custava muito ao sistema, e o discurso da autonomia e da produtividade era mais interessante para a integração da pessoa com deficiência na sociedade. Assim, surgiram entidades planejadas para desenvolver meios para que estes indivíduos pudessem voltar ao sistema produtivo com treinamento e educação especial. Dessa forma, eles estavam preparados para o trabalho, e envolvia o conceito da integração.

O conceito não tinha a caracterização de reorganização das comunidades para atender o deficiente. Ele se caracterizava para garantir serviços e recursos que pudessem modificá-los, garantir um olhar voltado para o sujeito inserido nos padrões de “normalidade”. Na educação regular as escolas especiais e as classes especiais visavam à capacitação para a ida ou o retorno desses indivíduos para as salas denominadas normais.

Cabe aqui ressaltar que, para Goergen (1985), a definição da “anormalidade” está profundamente condicionada às conveniências da “normalidade”. “Trata-se de um processo ativo, mais ou menos consciente, de segregação de uma parcela da população, portadora de comportamentos

dissonantes das expectativas dominantes da sociedade” (GOERGEN, *apud* JANUZZI, 2004, p.1). Nessa perspectiva, recaiu-se no estigma dos indivíduos como “excepcionais”, “retardados”, “atrasados”, em concepções fundadas somente no comportamento diferente em relação àquele considerado normal no sistema de valores estabelecidos pela sociedade em determinado momento histórico. A luta travada pelos próprios grupos organizados por indivíduos com deficiência e seus familiares exercem pressão que se evidencia na elaboração da legislação. E, nas áreas de reabilitação, seguridade social, trabalho e transporte, as conquistas efetivadas na Constituição Federal de 1988 e nas constituições Estaduais, são mais identificados do que na educação regular.

De acordo com seu levantamento no que se refere à educação Kassar escreve que “as classes especiais públicas vão surgir pautadas na necessidade científica da separação dos alunos normais e anormais, na pretensão da organização de salas de aula homogêneas” (1999, p.23). Com a dificuldade desta integração devido a alguns fatores principalmente do papel da sociedade em também se reorganizar para garantir o acesso de todos, surge o Paradigma do Suporte. Na visão de Aranha (2001), esse paradigma parte do pressuposto de que indivíduos com deficiência têm direito à convivência não segregada e ao acesso aos recursos disponíveis aos demais cidadãos.

Para garantir essa caracterização buscaram-se a disponibilização de suportes de diferentes tipos tais como: o suporte social, econômico, físico e instrumental cuja função reside em favorecer a inclusão social. Cabe ressaltar que nesses termos a inclusão é

processo de ajuste mútuo, onde cabe à pessoa com deficiência manifestar-se com relação a seus desejos e necessidades e à sociedade, a implementação dos ajustes e providências necessárias que a ela possibilitem o acesso e a convivência no espaço comum, não segregado (ARANHA, 2001, p.19),

pois não haverá inclusão de indivíduos com deficiência enquanto a sociedade não for inclusiva. Portanto, este Paradigma de Inclusão coloca a necessidade de não só o indivíduo deficiente mudar e se adaptar à sociedade (integração), mas de a sociedade também mudar e promover ajustes para o processo do desenvolvimento do sujeito e de reajuste da realidade social para a vida deste na sociedade (inclusão).

O novo paradigma Inclusão Escolar iniciado na década de 90 surge, então, com um novo modelo de atendimento escolar e é uma reação contrária ao princípio de integração. Porém, a efetivação prática deste novo paradigma vem gerando muitas controvérsias e discussões. Miranda (2003) atesta que existe o reconhecimento de que, trabalhar com classes heterogêneas, traz inúmeros benefícios para o desenvolvimento da criança deficientes e também para as crianças não deficientes, porque elas vivenciam a troca e a cooperação por meio das interações humanas.

Contudo, para que isso ocorra é necessária uma nova concepção de escola, de aluno, assim como uma nova compreensão sobre ensinar e aprender. O mesmo autor escreve que a efetivação da prática educacional inclusiva não será garantida por meio de leis, de decretos que obriguem as escolas regulares a aceitarem os alunos com necessidades especiais. Somente a presença física do aluno deficiente, na classe não é garantia de inclusão. A escola deve estar preparada para trabalhar com os alunos, independente das diferenças ou características individuais deles.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete. *Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência*. Artigo publicado na Revista do Ministério Público do Trabalho, Ano XI, n. 21 março, 2001. pp.160-173. Disponível em: <<http://www.adion.com.br/mznews/data/paradigmas.pdf>.> Acesso em: 11 jun. 2009.

FONSECA, Ricardo Tadeu. *O trabalho protegido do Portador de Deficiência*. Disponível em: <[http://www.ibap.org/ppd/artppd/artppd\\_ricardofonseca01.htm](http://www.ibap.org/ppd/artppd/artppd_ricardofonseca01.htm).> Acesso em: 8 jul. 2009.

FONSECA, Vítor da. *Educação especial: programa de estimulação precoce – uma introdução às ideias de Feuerstein*. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GUGEL, Maria Aparecida. *A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade*. Disponível em: <<http://www.ampid.org.br/Artigos/PD.Historia.phd>.> Acesso em: 11 jun. 2009.

JANNUZZI, Gilberta S. de M. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. Campinas: Autores Associados, 2004.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. *Deficiência múltipla e educação no Brasil: discurso e silêncio dos sujeitos*. Campinas: Autores Associados, 1999.

LEONTIEV, A. *O desenvolvimento do psiquismo*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004; Associados, Histedbr, 2004.

LURIA, A.R.; VIGOTSKI, L.; LURIA, A.; LEONTIEV, A. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo: Ícone, 2001.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertolodo. *História, deficiência e educação especial*. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art1\\_15.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art1_15.pdf).> Acesso em: 11 jun. 2009.

MOSQUERA, Carlos. *Educação física para deficientes visuais*. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

PINTO, Álvaro Vieira. *Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

**Recebido:** 05/05/2011

**Aprovado:** 14/05/2011